

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.000 - SP  
(2019/0196532-1)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**REQUERENTE : DABESA INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS E LIGAS LTDA**  
**ADVOGADOS : ANDRÉA GIUGLIANI NEGRISOLO E OUTRO(S) - SP185856**  
**BEATRIZ CRISTINE MONTES DAINESE - SP301569**  
**REQUERIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORE : LIETE BADARÓ ACCIOLI PICCAZIO - SP114332**  
**S**  
**AIRA CRISTINA RACHID BRUNO DE LIMA E OUTRO(S) - SP118351**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Dabesa Indústria e Comércio de Metais e Ligas Ltda.**, contra decisão de fls. 567/569, a qual não conheceu do agravo em recurso especial, ao fundamento de que o recurso cabível contra a decisão que nega seguimento a recurso especial, com base no art. 1.030, I, *b*, do aludido diploma legal, é o agravo interno e que não há questões remanescentes a serem analisadas, pois toda a matéria em debate está abrangida pelo REsp 1.148.444/MG - Tema nº 272.

A parte embargante alega haver omissão na decisão atacada referente ao recurso cabível contra decisão que inadmite recurso especial ser o AResp e não o Agravo Interno e quanto à aplicabilidade do princípio da fungibilidade ao caso. Ao final, pugna pelo provimento dos aclaratórios, com efeitos modificativos.

Às fls. 583/599, **Dabesa Indústria e Comércio de Metais e Ligas Ltda.** atravessou petição noticiando a perda do objeto do presente recurso, ao argumento de que, *"na medida em que a Executada celebrou acordo de parcelamento que abrange os débitos relativos a CDA 1266442920 presente demanda executiva, e como já está sendo cumprido tal acordo, cabível aplicar o previsto no artigo 922 do Código de Processo Civil"* (fl. 583).

### **É O RELATÓRIO.**

Considerando que a parte recorrente expressamente afirmou que, *"tendo em*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*vista a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários, o recurso de fls. 571/576 perdeu seu objeto, motivo pelo qual não se faz necessário seu julgamento.*" (fl. 604), é de se reconhecer que houve, em verdade, pleito pela desistência dos embargos declaratórios.

Assim, homologo, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o pedido de desistência do presente recurso, formulado às fls. 604/606, nos termos dos arts. 998 do Novo CPC/2015 e 34, IX, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator